

Juventude e a reinvenção da ação política na universidade: entrelace de culturas, histórias e projetos em formação

VALDIRIA OLIVEIRA ROCHA¹

“A preocupação com os jovens remete ao futuro da sociedade e ao campo de virtualidades para seu desenvolvimento. Serão os jovens que definirão continuidades ou mudanças da sociedade e de suas instituições. Nesta perspectiva, refletir sobre continuidades e descontinuidades históricas nas formas de participação dos jovens pressupõe um diálogo entre as experiências do passado e os novos sujeitos e tipos de organização do presente.” (Regina Novaes)²

Palavras chave: juventude, identidade, ação política

Introdução

A pretensão desse artigo é discutir, de forma inicial, juventude, identidade e participação política na universidade, a partir do debate contemporâneo sobre juventude e movimentos sociais, inserido no contexto de interiorização do ensino superior público no Brasil, com a criação de novas universidades federais, as quais favoreceram o acesso dos setores sociais populares, urbanos e rurais.

A análise pretendida está consubstanciada numa pesquisa em andamento sobre o processo de identificação e ação coletiva de um grupo de jovens estudantes do curso de Agronomia, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, a partir da criação do Movimento em defesa da Agricultura Familiar e da Agroecologia: AGROVIDA, onde entrelaçam objetivos políticos, sociais, profissionais e acadêmicos.

O Movimento AGROVIDA surgiu na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia-UFBA, protagonizado inicialmente por 11 jovens rurais e urbanos que

¹ Valdiria Oliveira Rocha, Mestranda em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus V, desenvolvendo pesquisa em “Juventude e identidade na universidade: Interfaces de um movimento político”. Coordenadora de Extensão em Cultura e Educação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB.

² NOVAES, R. A Juventude de hoje: (Re) Invenções da Participação Social. Resumo executivo. Conferência do 75º aniversário da Fundação W.K. Kellogg: Associando-se com a juventude para construir o futuro. São Paulo, 2005. Acessado em 14 de março de 2011. http://ww2.wkkf.org/DesktopModules/WKF.00_DmaSupport/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=6&ListID=28&ItemID=1450049&fld=PDFFile

ingressaram na universidade no segundo semestre do ano de 2002, no Campus de Cruz das Almas-Ba. Período que coincidiu com a mobilização acadêmica e regional, em 2003, pela criação da UFRB, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia, da UFBA.

Este artigo analisa a fundação do AGROVIDA e suas primeiras ações, correspondendo ao período de 2002 a 2006, e se restringe à participação dos jovens fundadores do Grupo.

Buscando compreender o processo de construção da identidade coletiva e da participação política do Grupo AGROVIDA, optou-se pela pesquisa qualitativa, adotando um estudo de caso. Através de entrevistas semi-estruturadas e da escuta sobre a história de vida dos jovens fundadores do Grupo foi possível identificar algumas questões para análise da identidade sócio-cultural dos sujeitos, e da identificação coletiva destes com a organização e ação política. Além das entrevistas, a observação participante nos espaços de atuação do AGROVIDA foi adotada como método para compreender a organização e atuação do Grupo.

A atuação do Grupo dialoga com os desafios que as novas universidades públicas brasileiras estão enfrentando, com a ampliação do acesso aos segmentos populares e dos compromissos regionais assumidos, no ato da sua criação.

A pesquisa em curso compreende o jovem como ator social, sujeito histórico de ações transformadoras, capaz de construir projetos de vida³. Um sujeito temporal que em suas atitudes, valores e formas de estar no mundo, evidencia algumas pistas sobre as crises e possibilidades de transformação desse próprio mundo.

A dimensão sociocultural é necessária para a compreensão dos sentidos e significados das escolhas, racionalidades e intervenções que orientam as atitudes políticas e acadêmicas de jovens estudantes, em busca da formação profissional desejada, dos ideais humanistas e, no caso do AGROVIDA, dos ideais sócio-ambientais. Portanto, os referenciais teóricos desse trabalho dialogam com as concepções de identidade coletiva de ANN MISCHÉ (1997), as quais se referem à inter-relacionalidade entre sujeitos e redes sociais, e às experiências vivenciadas por estes sujeitos que se constituem em orientações para os projetos de vida do presente e nas escolhas futuras. A discussão da autora sobre a identidade contemporânea dos

³ ABRAMO, (1997), NOVAES, (2000), CASTRO, (2005)

movimentos estudantis parte do pressuposto de que esta mudou, da perspectiva ideológica e de classe, para uma identidade de cidadãos, com objetivos mais próximos da realidade vivencial.

O fundamento balizador dessas abordagens está aportado na idéia de que as ações sociais engendradas por sujeitos, especificamente jovens, precisam ser compreendidas para além da condição social e dos elementos que naturalmente caracterizam estes sujeitos, se expandido para o que os constituem em suas múltiplas relações sociais, MELUCCI, (2001).

Considerando as mudanças identificadas nas formas de atuação política e social da juventude contemporânea, a análise desse trabalho também dialoga com as concepções sobre os novos movimentos sociais, e mais especificamente as formas de ações coletivas mais localizadas⁴, inseridas em redes de relações abrangentes, revelando atitudes propositivas com intervenções mais próximos das realidades locais.

Juventude, redes relacionais e identidade coletiva

Juventude é uma categoria social moderna, surgida no final do século XIX, no período pós-industrial, que se consolidou nos meados do século XX (ARIÈS, 1981). Uma categoria de definição complexa, pela subjetivação dos critérios biopsíquicos, emocionais e sociais que a caracterizam, compreendida como uma condição histórica e cultural, identificada em diversas situações de vida, as quais lhe conferem o estatuto de juventudes.

Ao longo do século XX, a juventude foi definida como um problema social, ABRAMO (1997). A autora evidencia que a abordagem funcionalista das ciências humanas, no início do século, compreendia os distúrbios de comportamentos, quando não de fundo patológico, como imaturidade biológica, psíquica e emocional, definindo a adolescência e a juventude como fases da vida vulneráveis aos comportamentos desviantes, justificando a necessitando de orientação, correção ou contenção dos impulsos, para adequação à ordem social.

⁴ MELUCCI, (2001), ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, (2000)

Essa concepção, segundo Abramo, permeia as análises sociológicas e culturalistas, desenvolvidas a partir da década de 1950, nas sociedades ocidentais. As idéias de imaturidade, de incompletude, de tendência às transgressões embasam a compreensão da juventude como fase de transitoriedade na vida, sujeita a problemas. O questionamento da autora está no fato dessas percepções terem como referência a reprodução da ordem social moderna, não permitindo evidenciar as “pistas”, as potencialidades de criação de novos valores e de nova ordem social. Essa forma de conceber a juventude implica sempre em um estado de desconfiança, de alerta social, desqualificando o jovem como sujeito social e histórico.

Os emblemáticos anos de 1960 e 1970, no ocidente expuseram a grande insatisfação da juventude com a ordem social mundial. Os fortes movimentos de contracultura e de resistência política, inclusive na América Latina, revelaram uma juventude capaz de mudar o mundo, de reverter a ordem social. A juventude foi protagonista de mudanças profundas e irreversíveis, ganhando o estatuto de revolucionária, de força política social. A reação da sociedade conservadora foi de repressão violenta. A retração do movimento político da juventude nas últimas décadas, para FORACCI, (1965), está relacionado a este “trauma” político e às frustrações com as mudanças lentas e sem aprofundamento ético e social.

Os anos liberais trouxeram como “antídoto” o culto ao individualismo, ao consumo, ao prazer. Ao mesmo tempo em que viram emergir novas facetas da identidade, compreendida como uma construção dinâmica, dialética, processual. As atitudes sociais ganharam outros contornos, para além da condição de classe. O movimento estudantil se retraiu, assim como os movimentos políticos da juventude. Um contexto que leva a questionamentos sobre o possível desinteresse da juventude pela participação política.

No Brasil, os estudos sobre juventude aparecem na segunda metade do século XX, voltados na sua maioria para este enfoque (drogas, distúrbios familiares, educacionais), com alguns trabalhos importantes sobre movimento estudantil e cultural, e participação política. Na década de 1990 alguns estudos discutem o jovem como protagonista de ações sociais, tema relacionado às organizações não governamentais. A partir dos anos 2000, do século XXI, surgem novos interesses acerca da juventude,

vinculados a temas como políticas públicas, ao jovem como sujeito social e aos comportamentos culturais.

A juventude tem retornado, na última década, como centro de interesse de pesquisadores, movimentos políticos e sociais, e das políticas públicas. Alguns pesquisadores se dedicam a evidenciar o potencial político e social da juventude, e seus campos de interesse, revelando diversas formas de organização e participação social e política, desconstruindo a idéia recorrente de alienação e apatia.

Este trabalho se situa nesse campo de interesse, onde a identidade é uma categoria central para a compreensão das formas de atuação que trazem elementos novos, os quais necessitam ser compreendidos.

Assim com juventude, a identidade também é uma categoria analítica de difícil conceituação, por carregar em seu sentido semântico e histórico, a idéia de estabilidade, de significado de um “eu” já dado. Para HALL, (2003), a identidade é um conceito ainda pouco desenvolvido nas ciências sociais contemporâneas, para que possamos colocá-lo “à prova”. E como conceito estruturante da idéia do sujeito e da coletividade, a sua centralidade no debate contemporâneo estaria relacionada à crise, às mudanças profundas, quem sabe da própria modernidade.

Para MISCHE (1997) “a noção de identidade” em si já coloca uma série de dificuldades teóricas. “O problema principal é como reconciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa (MISCHE, 1997, p. 138)”. A autora e outros pesquisadores desse campo têm incorporando as recentes análises de redes sociais que enfatizam o caráter relacional da identidade. Um dos teóricos que trás o pressuposto dos “novos movimentos sociais”, MELUCCI, (1994), evidencia o limite da palavra-conceito para os enfoques contemporâneos, no plano das ações políticas. Ele diz que o termo ‘identidade’ é inseparável da idéia de permanência, e por isso pouco adequada para a análise processual que defende.

A intenção nesse artigo é problematizar a identidade enquanto processo que se constitui na coletividade, na relação com o outro, nas experiências oportunizadas pelas culturas, em diversos ambientes de socialização. Segundo (VIANA, 2009, p. 146)

“Se a formação da identidade é um processo social, então se torna necessário entender o papel do Outro e sua importância neste contexto. A identidade é a auto-imagem do indivíduo produzida por ele e para ele, mas também pelos

outros e para os outros. O indivíduo, enquanto ser social, forma sua identidade através do seu processo de socialização (BERGER; BERGER, 1978) e a auto-imagem que faz de si é, também, um produto social”.

Para compreender melhor os processos coletivos de identificação, Mische (idem) propõe ir além das visões “substancialistas”, da identidade como algo “pré-existente”, o que levaria a buscar respostas para os processos coletivos nos “apelos” dos mobilizadores. Para a autora o processo de identificação ocorre na interação dinâmica entre o “ciclo de vida da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época” (MISCHE, 1997, p. 138).

Analisando o contexto de criação do Grupo AGROVIDA, a partir da história de vida dos jovens fundadores, foi possível perceber a inter-relação entre estas três premissas. Estes jovens estudantes de agronomia ingressam na universidade carregando sonhos e expectativas com um curso de tradição e uma faculdade secular. Porém, segundo eles, encontraram uma faculdade em visível abandono físico, com estruturas precárias. Revelaram nas entrevistas o sentimento de forte frustração, e uma sensação de invisibilidade cultural. O depoimento de Adailton Francisco dos Santos, jovem agricultor familiar, de Valença, esclarece

A Escola estava muito decadente: animais soltos, não havia laboratórios nem área de experimento. Eu imaginava que haveria um aprofundamento dessas experiências práticas na universidade, onde há uma grande área agricultável. Assim a gente ia poder aprender mais para contribuir com a nossa região.

Este jovem, além de agricultor familiar, possuía experiência como professor e como militante de Associação Rural, além da participação em uma incipiente organização de Cooperativa de Técnicos Agrícolas, fruto dos estudos na Escola Agrotécnica de Valença. Ele evidenciou maturidade ao não se conformar com a realidade e propor a formação de um grupo de estudos e de reivindicação. Para este jovem o que mais teria lhe chocado foi “a acomodação. As pessoas diziam: a culpa é do governo!”.

Além da expectativa frustrada com a estrutura da instituição, outra abordagem que aparece com ênfase nas narrativas dos jovens diz respeito ao currículo do curso. Relatam que o programa do curso é extenso, difícil e que o enfoque das disciplinas estava voltado para os grandes empreendimentos agrícolas. O depoimento de Martins

Batista, um jovem de origem rural, residente em Valença, expõe o preconceito, a desinformação e o distanciamento da academia, em relação às questões sociais. A Faculdade não reconhecia a sua cultura e as redes relacionais de sua convivência anterior: “A agricultura familiar não existia para a Escola de Agronomia, era tida como coisa de pobre. Mas a gente conhece as necessidades locais...”.

Um dos jovens de cultura urbana, Eduardo Oliveira, revelou que a definição pelo curso de agronomia se deu pela paixão que tinha por animais, sendo a área de zootecnia a que mais lhe interessava. Seu depoimento expõe uma experiência cultural distinta, porém, com pontos de interseção:

Apesar de ser de Salvador, quando criança eu passava sempre as férias em uma pequena propriedade rural familiar, onde me divertia fazendo farinha e cuidando dos animais. Entrei no Agrovida pelo interesse em buscar formas de estudar a agricultura familiar e a criação de animais de pequeno porte, pois o curso não me dava estes conhecimentos”.

Como Eduardo, outros jovens urbanos tinham memórias afetivas de criança com o campo, ou sentiram-se seduzidos pelo convívio com o grupo e com a proposta de estudar e desenvolver ações junto aos agricultores familiares, a exemplo da estudante Ane Calafange que disse: “Apesar de não ter relação com o campo, me senti atraída pela causa”.

Percebe-se nestes depoimentos que as referências culturais anteriores deram sentido a tomada de decisão dos jovens de se engajarem em um movimento que nascia com o objetivo de buscar formas alternativas de formação para um perfil profissional mais próximo dos seus interesses pessoais, sociais e políticos.

O AGROVIDA nasceu com o objetivo de potencializar os estudos, a formação desses estudantes, a partir de ações de extensão. Porém, ampliou estes objetivos passando a atuar, muitas vezes em parceria com o movimento estudantil, por melhores condições de estudo e pela reformulação do currículo do curso. Ao mesmo tempo em que ampliou as ações para a atuação nas comunidades de origem, realizando formação de agricultores. Essas ações foram construídas a partir das relações que alguns dos estudantes já possuíam nas suas localidades.

O processo de identificação coletiva, portanto, se constituiu na articulação entre as experiências anteriores dos jovens, que deram sentido ao projeto do Grupo, e o

contexto onde se encontraram. Primeiro buscaram se reconhecer, descobrir pontos comuns na leitura da realidade e entre os seus desejos e frustrações, sendo este processo a substância necessária para dar liga ao projeto do Grupo.

Outros jovens que chegaram para o Grupo tinham frustrações similares e buscavam um perfil profissional nas ciências agrárias mais próximo dos setores populares. O Grupo que nascia dava uma identidade aos estudantes que o compunha, no ambiente universitário difuso e inóspito.

Isabel, jovem negra, agricultora familiar que chegara da região rural de Feira de Santana, ativista do movimento social do campo, revelou que na sua história de vida a identidade de jovem agricultora sempre foi mais marcante, não tendo convivido com experiências em movimentos étnicos. Essa estudante disse que: “ao chegar na Escola de Agronomia me senti invisibilizada, sem nenhum sentimento de pertencimento”. Segundo Isabel, o encontro com os colegas do AGROVIDA possibilitou que ela encontrasse um sentido: “Saber do Grupo me deu a certeza de que esse era o meu lugar dentro da universidade”. Esta jovem teve um importante papel no movimento: levava a experiência com a participação em movimentos sociais consolidados, contribuindo assim para ampliar a articulação do Grupo com redes de discussão e atuação em torno da Agricultura Familiar.

Assim como Isabel, outros jovens aproximaram o Grupo do movimentos em defesa da Agroecologia, temática que foi definida como área também de prioridade, ampliando os ideais agroecológicos e de sustentabilidade.

Para MISCHE, (1997), o processo de construção interativa das identidades, na relação entre o ciclo de vida, o movimento e a história onde se desenvolve, coloca a necessidade de um conceito de identidade como “focalizador de projetos” que além de definir, dá direção aos grupos. Com base nessas premissas, a autora propõe três elementos que fundamentam esse caráter dinâmico das identidades coletivas: o reconhecimento, a experiência e a orientação.

A história de Isabel e Adailton exemplifica a importância do reconhecimento. O contexto que encontraram propiciou a significação da identidade de agricultores familiares, coincidindo com suas histórias de vida. Porém, a identificação quanto gênero ou etnia, não encontrou elementos significativos, naquele momento, para se impor. MISCHE, (1997) chama a atenção que não é de uma situação em si (gênero, geração,

etnia) que define o ser, mas de como essa situação se reconhece e dialoga com o contexto que encontra, pois caso o contexto não a evidencie enquanto sentido coletivo, não se dinamiza. Nesse sentido Isabel relata que além da agricultura familiar, uma temática que ela e outras colegas tentaram emplacar nas ações do AGROVIDA foi a de gênero, porém com pouca capilaridade naquele momento.

O reconhecimento é fundamental para que a identificação se expresse. E para que essa se institua, faz-se necessário a experimentação, oportunidade de vivências em comum que o tempo presente possibilita ao jovem. “Durante esse período de experimentação, eles estabelecem compromissos (ainda provisórios) com laços sociais e significados coletivos, que terão um impacto crítico nas suas opções ao longo da vida”. (MISCHE, 1997, p. 139).

O terceiro elemento constitutivo da identidade coletiva é a orientação. Para MISCHÉ, a identidade também é mecanismo de orientação para ações futuras, posto que é seletiva e definidora das experiências. A autora diz que “não é apenas a pergunta “quem sou eu?” que os jovens procuram responder enquanto experimentam expressões de identidade, mas também “por onde vou?”

“Embora as carreiras e trajetórias abertas aos jovens estejam estruturadas pelas posições de classe e pelas instituições sociais e políticas, os jovens também têm algum espaço de escolha, manobra e, às vezes, invenção de caminhos e direções de vida” (MISCHE, p. 139).

Os jovens do AGROVIDA buscavam, segundo eles, essa resposta, ao se depararem com um ambiente onde não encontraram, a princípio, nenhum elemento que tornasse possível as suas expectativas, situação que os impulsionou a uma ação política proativa, de conquista de espaço e definidora do futuro profissional.

Estes jovens estudantes que fundaram o AGROVIDA se formaram entre 2007 e 2009. Olhando para o período de estruturação do movimento, eles relatam que a formação adquirida com a experiência do AGROVIDA, contribuiu para que fossem identificados como profissionais de perfil diferenciado da maioria dos colegas. Para 7 destes jovens, a escolha foi a carreira acadêmica, a pós-graduação. Entre estes, dois já estão cursando doutorado. Os outros foram convidados ou selecionados por concurso público, a trabalharem em Órgãos Governamentais ou em projetos de Movimentos Sociais do Campo.

Em que esta experiência pode contribuir para as discussões sobre juventude e a participação política?

Há uma idéia recorrente no senso comum, estimulada pela grande mídia, por alguns educadores e teóricos da juventude, de que a juventude está apática, sem referenciais políticos e sociais. Alguns estudiosos do tema, atentos às motivações dos jovens, defendem a idéia de que o desinteresse é pelas formas tradicionais de fazer política, não pela cultura política. Segundo ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR (2000) há uma intensa movimentação juvenil, pautada por outras questões, como a cultura e a localidade, inseridas no que se chama de “novos movimentos sociais” ou ações coletivas.

Realidades novas que revelam o quanto as organizações políticas convencionais estão obsoletas nas suas formas de atuação, se esvaziando numa profunda crise de sentidos e significados.

O movimento em estudo, por exemplo, buscou proximidade com o Diretório Acadêmico de Agronomia (DA), para o qual compuseram chapa, disputando e ganhando eleições. A experiência com a representação estudantil contribuiu, segundo eles, para ocuparem espaços nas instâncias consultivas e deliberativas da universidade, onde podiam levar as reivindicações de modificação do currículo do curso, assim como a ampliação e o reconhecimento das atividades de extensão. Além de terem assumido postura de resistência e de pressão institucional, com vistas à melhoria das condições de estudos e de permanência nas residências universitárias.

Essa dupla representação se constituía numa dupla identidade política. Uma questão que implicava, na opinião dos jovens, em ter “jogo de cintura”, “muita maturidade” para saber separar os papéis, as identidades de estudante e de movimento social. Afinal, zelavam pela relação respeitosa com a Reitoria, e o apoio que recebiam nas suas ações.

O AGROVIDA tornou-se uma Associação de Estudantes, em 2004, com aspectos organizacionais próprio dos movimentos clássicos, como as normatizações, formas de associação e contribuição; e inovadores como a diretoria colegiada, com rotatividade de funções, buscando evitar personalismos e vícios antigos. Uma iniciativa democrática, característica das novas formas de organização. Assim como o exercício da solidariedade entre as funções e a realização das tarefas.

A construção das redes de relacionalidade do movimento se dava com relativa autonomia, sem tutelamento político. Nas memórias dos jovens, a participação em 2003 no CONEA⁵, instância deliberativa da FEAB⁶, em Vitória da Conquista, foi um momento de formação política. Para Adailton, a FEAB foi uma das instituições a contribuir para o amadurecimento político dos jovens, mas não havia uma relação orgânica, institucional com o Grupo, que sempre foi autônomo. Da mesma forma a relação com a FETRAF⁷ se dava através de parcerias específicas, em eventos e projetos, mas não institucional.

Do ponto de vista do movimento como orientador dos projetos de vida, o exemplo mais revelador dessa premissa na história do AGROVIDA foi a participação no Encontro Nacional da Agricultura Familiar, em Brasília, em 2003. Os jovens relatam que ali eles compreenderam que a agricultura familiar estaria colocada em outra perspectiva, com a projeção de maiores investimentos, no projeto do novo Governo. Perceberam a abertura de um novo campo de trabalho, na fala deles “nascente”, “promissor” e sem profissionais específicos para atender a essa demanda.

O contexto histórico contribuía para afirmar o caminho que estava sendo definido pelo Grupo, fortalecendo a sua identidade no convívio com o espaço acadêmico, dando legitimidade a sua causa, antes compreendida, segundo eles, por grande número de colegas e de professores, como romântica, utópica.

Um dos elementos observados, importante para evidenciar novos sentidos nos movimentos coletivos, foi a identificação do Grupo também como espaço afetivo, de companheirismo. O sentimento de frustração foi ampliado, segundo eles, também pela solidão. A difícil tarefa de viver com poucos recursos, em outra cidade, longe da família e do ambiente social de origem, encontrava no Grupo o espaço e a companhia para o lazer, o acolhimento, o apoio emocional.

Segundo FORACCHI (1965), essas opções de comportamento coletivo, que assumem a protagonização de ações, ou em outros casos, que assumem uma apatia conformista, estão relacionadas há diversos fatores como identificação familiar, social, étnica, política, ao caráter libertário ou opressor da educação que cada indivíduo teve.

⁵ Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia - CONEA

⁶ Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil –FEAB

⁷ Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-FETRAF

Ao seu nível de conscientização e determinação, dentre outros. Em relação a experiência do AGROVIDA, os jovens poderiam ter optado pelo conformismo, a aceitação do estado de coisas, como a maioria o faz. Porém, suas experiências contribuíram para uma reação propositiva de intervenção.

Jovem, estudante e cidadão – identidades que se fundem

Os anos 60 e 70 deram o “nexo” à concentração da identidade estudantil. “A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política” (MISCHE, 1997, p. 140). Para a autora, essa questão está relacionada às experiências vivenciadas por estes jovens nas redes estruturadas na família e, com mais ênfase, na universidade, onde ampliam seus espaços culturais e políticos, um espaço privilegiado para suas expressões.

Segundo estudos de CUNHA, (1983) e MARTINS, (1987), esse é o contexto de transformações nas universidades, com a ampliação das vagas para atender aos setores médios em expansão e as mudanças no mundo produtivo e de serviços. Um estado que rompia com as barreiras do ensino superior, até então lugar de privilégio das elites econômicas. Um fator importante foi a “federalização” do sistema universitário que criou centros universitários “com papel importante na vida intelectual, cultural e política do país” (MISCHE: 1997, p. 142).

Essa conjuntura é o ambiente onde vai ser construída a identidade de “estudante”, que coloca a juventude como sujeito social e político importante, fortalecido pelas lutas e resistências ao período autoritário.

Esse cenário de expansão do ensino superior se assemelha ao cenário atual, no que toca ao despreparo das universidades para atender a ampliação das vagas e as novas demandas que chegam. As reformas dos anos 2000 abrem novos espaços para os setores populares. Assim como no passado, essa realidade contemporânea está gerando novas demandas e novas situações políticas e acadêmicas, as quais as universidades ainda buscam entender.

O processo histórico que se desenrolou dos anos 70 aos 90, com todas as mudanças ocorridas na atual sociedade (informação, conhecimento, tecnologia,

democratização), ampliou as redes de coletivização e sociabilidade da juventude. Segundo FORACCHI, (*apud* Mische), os anos 80 e 90 são momentos de dispersão na formação e atuação da juventude. Castrada em suas iniciativas políticas no período radical de repressão; frustrada pelo retardamento da abertura e democratização política no Brasil e com a publicização da corrupção “endêmica” na política brasileira; dispersa pela conjuntura neoliberal dos anos 90, a juventude busca outros espaços e formas de expressão social e política, talvez mais pela estética, a cultura.

A identidade estudante entrou em declínio como força de mobilização, nesses anos de dispersão. Assim como a identidade do jovem militante dos partidos de esquerda, ou dos jovem sindicalista, e muitas outras formas tradicionais de participação na política social. A ampliação dos elementos de identificação para além da classe abriu um leque de significações e sentidos para os jovens, os quais se expressam em diversos movimentos e ações coletivas. Portanto, assim como movimento juvenil é uma definição ampla, difusa e complexa para explicar a diversidade de intenções dos jovens, o conceito de movimento estudantil tornou-se restrito, insuficiente para expressar os diversos “projetos-em-formação” nos ambientes educativos.

Nesse contexto, alguns autores propõem a idéia de movimentos de “cidadãos”. Um conceito também ambíguo, porém, no nosso entender, mais sugestivo para acolher as intencionalidades das ações que se revelam mais práticas, com intervenção localizada e com mais responsabilidade social e humana.

A pesquisa evidencia que os objetivos do Grupo AGROVIDA têm estas características, com atitudes mais propositivas do que reivindicativas; com preocupação ambiental, humanista e social, essas últimas refletidas na bandeira em defesa da agroecologia, que contempla preocupações como a sustentabilidade e a melhoria das condições sócio-econômica dos camponeses.

A retomada das políticas públicas, coloca a agricultura familiar como campo promissor para a academia e a profissão de agrônomo.

Ao tornar-se ciente dessa realidade, o grupo encontra uma orientação para o seu futuro como profissional. Para tanto, buscou formas de construir um “currículo paralelo”, participando da rede nacional da agricultura familiar, aproximando de movimentos sociais⁸; criando grupos de estudos onde debatiam filmes e textos;

⁸ Federação dos Trabalhadores em Agricultura-FETAG. Federação dos Trabalhadores em Agricultura

organizando eventos acadêmicos e atividades de extensão rural. Como dizem os jovens, “- O Agrovida tem sido outra universidade nas nossas vidas”.

Desafios da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

O ano de 2003 foi o marco da criação do AGROVIDA da mobilização social pela criação da UFRB, no Recôncavo da Bahia. Esse episódio foi travado com fortes disputas políticas. Primeiro, segundo os jovens entrevistados e o atual Reitor, o momento era de expansão do ensino superior, de abertura de novas universidades no interior dos Estados. Política voltada para o desenvolvimento e fortalecimento das regiões. Além de novas universidades houve a implantação de diversas outras políticas que corroboraram para a ampliação do acesso ao ensino superior (PROUNI⁹, sistema de cotas; políticas de assistência estudantil e de permanência; o REUNI¹⁰).

Um contexto que revela a transformação na universidade brasileira, sob forte crítica dos intelectuais de esquerda e dos movimentos sindicais de educação superior que denunciam um projeto neoliberal alinhado com a dinâmica do mercado capitalista contemporâneo. A avaliação de que a ampliação de vagas, com estruturas precárias e com baixa qualidade acadêmica, objetiva a formação de mão de obra mais qualificada, elevando dessa vez, o *status* social dos setores populares, porém, sem garantia de expansão dos postos de trabalho. Hipótese que, se confirmada, poderá gerar reações sociais imprevisíveis, além de maior desamparo político, frustrando as expectativas de ascensão social e de inclusão profissional desses segmentos sociais.

A criação da UFRB (Lei 11.151, de 2005) levou o movimento a lutar por mudanças internas, acadêmicas. O Grupo passou a desenvolver duas estratégias importantes: uma de organização de encontros com a participação de movimentos sociais e de comunidades rurais, visando aproximar estes setores da universidade. A segunda de aproximação do movimento estudantil, disputando o DA de Agronomia, para garantir presença nas instâncias universitária, como representantes da categoria.

Familiar-FETRAF. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil-FEAB.

⁹ Programa Universidade Para Todos – MEC Governo Federal.

¹⁰ Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – MEC, Gov. Federal

Essas estratégias culminam com o momento de revisão curricular, momento em que o Grupo se mobiliza junto a professores e outros estudantes, conquistando mudanças significativas. Segundo os jovens entrevistados, o Grupo influenciou diretamente algumas conquistas, como: - a contratação de professores com experiência acadêmica e social em agricultura familiar e agroecologia; - a criação da disciplina de agroecologia, primeiro como optativa, depois como obrigatória no currículo de agronomia; - o reconhecimento das experiências extensionistas no currículo dos alunos; - um espaço com equipamentos, para sede do grupo; - a conquista do Núcleo de Agricultura Familiar - NAF, junto com os movimentos sociais e professores; além de realizarem cursos e oficinas de formação técnica e política, em comunidades rurais.

O Grupo hoje conta com 30 sócios efetivos e 10 colaboradores, desenvolvendo uma grande ação de formação técnica, conquistada pela seleção em edital público, junto a 1800 famílias de agricultores, nos Territórios do Recôncavo e do Baixo Sul, na Bahia.

Referências

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil .In: Revista Brasileira de Educação. ANPED. Nº5, mai/jun/jul/ago; nº6, set/out/nov/dez, 1997. P.25-36.

_____, Helena W. e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 pp.

ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76:49-86, 2009.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (orgs). Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos: Novas Leituras, Editora da UFMG, 2000.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Editora LTC. 2ª Edição. 1981

BOMFIM, Maria do Carmo, (1991). Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado.

_____, (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, nº 5 e 6.

CARNEIRO, J. Maria e MALUF, S. Renato: (Org.) “Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. RJ: MAUAD, 2003.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, n5/6, 1997.

_____. O ideal Rurbano: Campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: *Mundo Rural e Política: Ensaio interdisciplinares*. Ed. Campus/Pronex, 1999.

CASTRO, Elisa Garaná de. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. Caxambu: ANPOCS, 2005.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. RJ, editora Vozes, 1995.

CUNHA, Luiz A., (1983). *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DAGNINO, E. (org) *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. In *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. (org) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, Paz e Terra, 2002.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós- modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.

MISCHE, Ann, (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº 5 e 6.

MADEIRA, Felícia, (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 58, agosto.

MELUCCI, A. *A Invenção do Presente. Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NOVAES, R. *Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política*. In: ABRAMO, H.W.; FREITAS, M.V; SPOSITO, M.P. (orgs.) *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

QUEIROZ, Isaura Maria P de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. in: SIMSON, Olga Moraes Von. Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: vértice, 1988.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre a juventude em educação. Revista Brasileira de Educação. ANPED. Nº5, mai/jun/jul/ago; nº6, set/out/nov/dez, 1997.

_____. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: Revista Brasileira de Educação. ANPED. Nº13, Jan/Fev/Mar/Abr, 2000.

PERALVA, Angelina: O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação 24 Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6

VIANA, Nildo. Estudos, Goiânia, v. 36, n. ½, p. 145-154, jan./fev.2009.